

ARTIGO 11.º**Convocação de reuniões**

1 — As reuniões ordinárias da assembleia geral serão convocadas por carta a cada um dos seus membros com a antecedência mínima de sete dias.

2 — As reuniões da direcção e do conselho fiscal poderão ser convocadas com uma antecedência de três dias úteis.

3 — No caso de reuniões extraordinárias não existe prazo de antecedência mínima, mas é obrigatório a convocação de todos os membros do órgão.

SECÇÃO II**Assembleia geral****ARTIGO 12.º****Definições, competência e composição**

1 — A assembleia geral é o órgão soberano máximo da associação.

2 — Compete à assembleia geral:

- a) Aprovar ou destituir os titulares dos órgãos da associação;
 - b) Aprovar ou demitir a mesa da assembleia geral;
 - c) Aprovar o plano de actividades e o orçamento, bem como o relatório de actividades e contas;
 - d) Aprovar as alterações aos estatutos e ao regulamento interno sendo, no primeiro caso, necessário o acordo de pelo menos dois terços dos presentes e, no segundo caso, de pelo menos três quintos dos presentes;
 - e) Pronunciar-se sobre algum pedido de recurso de sócio da associação;
 - f) Deliberar sobre a extinção da associação por uma maioria de três quartos dos membros presentes;
 - g) Apreciar a actuação, em geral, da E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica.
- 3 — A assembleia geral é constituída por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 13.º**Mesa da assembleia geral**

A mesa da assembleia geral será eleita por esta, por maioria absoluta dos seus membros presentes, e será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, competindo-lhes a marcação dos trabalhos da assembleia geral.

SECÇÃO III**Direcção****ARTIGO 14.º****Competências**

A direcção tem funções executivas e coordenadoras, competindo-lhe:

- a) Aprovar a admissão de novos sócios;
- b) Dar cumprimento às deliberações da assembleia geral;
- c) Elaborar o plano de actividades e orçamento, bem como o relatório de actividades e contas;
- d) Representar a associação;
- e) Executar o plano de actividades e orçamento aprovados;
- f) Em geral, contribuir para os objectivos da E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica.

ARTIGO 15.º**Composição**

A direcção é composta por três membros: um presidente, um director financeiro e um secretário.

ARTIGO 16.º**Competências do presidente**

É da competência do presidente da direcção, sem prejuízo de delegação:

- a) Convocar as reuniões ordinárias da direcção e as reuniões extraordinárias, sempre que solicitado por qualquer membro;
- b) Presidir e coordenar as reuniões, cumprindo a ordem de trabalhos;

c) Convidar elementos estranhos à direcção, por sua iniciativa, ou por proposta de outro elemento, para participar nas reuniões sempre que se revele necessário;

d) Representar a E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica.

ARTIGO 17.º**Competências do director financeiro**

É da competência do director financeiro:

- a) Registar todas as despesas e receitas da E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica;
- b) Organizar o relatório anual de contas e actividades, procedendo à sua apresentação a todos os órgãos da E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica.

ARTIGO 18.º**Competências do secretário**

É da competência do secretário:

- a) Registar a presença dos elementos nas respectivas reuniões;
- b) Elaborar e publicitar as actas das reuniões da direcção.

ARTIGO 19.º**Assinaturas obrigatórias**

1 — Para a execução de qualquer transacção financeira são necessárias as assinaturas de dois membros da direcção, sendo a primeira, obrigatoriamente, a do director financeiro e a segunda do presidente ou do secretário.

2 — Nos restantes documentos é obrigatória a assinatura de, pelo menos, um dos elementos da direcção.

SECÇÃO IV**Conselho fiscal****ARTIGO 20.º****Competência**

Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar todas as actividades da E-BioM — Associação Portuguesa de Estudantes de Engenharia Biomédica;
- b) Dar o seu parecer sobre o relatório de contas da associação.

ARTIGO 21.º**Composição**

O conselho fiscal é composto por um presidente, um secretário e um relator.

CAPÍTULO IV**Disposições finais****ARTIGO 22.º****Da extinção**

A associação poderá ser extinta em assembleia geral convocada para esse efeito desde que seja aprovada por uma maioria de três quartos dos membros presentes, revertendo o seu património para o fim que a assembleia determinar.

Está conforme o original.

17 de Março de 2005. — (Assinatura ilegível.) 3000176509

GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO MINHO**Constituição de associação**

A 30 de Março de 2004, no Governo Civil de Braga, perante mim, o notário do 1.º Cartório, Rodrigo António Prieto da Rocha Peixoto, compareceram como outorgantes;

1.º José Lopes Gonçalves Barbosa, casado, natural da freguesia de Ferreiros, do concelho de Amares, e nele residente na freguesia de Besteiros, lugar de Areal, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Amares, autarquia local com o

número de pessoa colectiva 506797627 e sede na freguesia e concelho de Amares, no uso dos poderes que foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 20 de Fevereiro passado;

2.º Fernando Ribeiro dos Reis, casado, natural da freguesia e concelho de Barcelos, onde reside na Avenida de Fernando Magalhães, 326, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Barcelos, autarquia local com o número de pessoa colectiva 505584760 e sede na freguesia e concelho de Barcelos, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 27 de Fevereiro passado;

3.º Francisco Soares Mesquita Machado, casado, natural da freguesia de Pousada de Saramagos, concelho de Vila Nova de Famalicão, residente na Rua de Bernardino Machado, 7, em Braga, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Braga, autarquia local com o número de pessoa colectiva 506901173 e sede na Praça do Município, desta cidade, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 20 de Fevereiro passado;

4.º Joaquim Barroso de Almeida Barreto, casado, natural da freguesia de Abadim, concelho de Cabeceiras de Basto, onde reside, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Cabeceiras de Basto, autarquia local com o número de pessoa colectiva 505330334 e sede na vila de Cabeceiras de Basto, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 27 de Fevereiro passado;

5.º José Manuel Martins Ribeiro, casado, natural da freguesia de Cepães, do concelho de Fafe, e nele residente na Rua de 31 de Janeiro, 16, 3.º, G, cidade de Fafe, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Fafe, autarquia local com o número de pessoa colectiva 506841561 e sede na cidade de Fafe, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 26 de Março corrente;

6.º António Magalhães da Silva, casado, natural da freguesia de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto, residente na Rua do Dr. Carlos Saraiva, 254, 2.º, em Guimarães, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Guimarães, autarquia local com o número de pessoa colectiva 505948605 e sede na vila de Cabeceiras de Basto, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Geral, na sua reunião de 8 de Março corrente;

7.º Lúcio Manuel Mota Pinto da Silva, solteiro, maior, natural da freguesia da Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo), concelho da Póvoa de Lanhoso, e nele residente na vila do mesmo nome, na Rua do Dr. Avelino Pereira de Carvalho, 81, 1.º, esquerdo, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município da Póvoa de Lanhoso, autarquia local com o número de pessoa colectiva 506632920 e sede na vila de Cabeceiras de Basto, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 15 de Dezembro último;

8.º António José Ferreira Afonso, casado, natural da freguesia de Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, residente na freguesia de Galegos (Santa Maria), do concelho de Barcelos, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Terras de Bouro, autarquia local com o número de pessoa colectiva 680018050 e sede na vila de Terras de Bouro, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 12 de Dezembro do ano passado;

9.º Jorge Augusto Mangas Abreu Dantas, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Vieira do Minho, onde reside na Avenida da Imaculada Conceição, 267, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Vieira do Minho, autarquia local com o número de pessoa colectiva 506659682 e sede na vila de Vieira do Minho, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 27 de Fevereiro passado;

10.º Armando Borges Alves da Costa, casado, natural da freguesia de Gaviao, concelho de Vila Nova de Famalicão, e nele residente, na freguesia de Cruz, Avenida do Visconde de Pindela, 501, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Vila Nova de Famalicão, autarquia local com o número de pessoa colectiva 506663264, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 29 do mês corrente;

11.º José Manuel Ferreira Fernandes, casado, natural de freguesia de Moure, concelho de Vila Verde, e nele residente na freguesia de Vila do Prado, São Sebastião, Rua Dois, 4, 1.º, esquerdo, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Vila Verde, autarquia local com o número de pessoa colectiva 680014535 e sede na vila de Vila Verde, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 27 de Dezembro passado;

12.º Francisco Ângelo da Silva Ferreira, casado, natural da freguesia de Caldas de Vizela (São Miguel), concelho de Vizela, e nela residente na Travessa da Vista Alegre, 272, o qual, como presidente da Câmara, outorga em representação do município de Vizela, autarquia local com o número de pessoa colectiva 505985217 e sede na vila de Vizela, no uso dos poderes que lhe foram conferidos por deliberação tomada pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 26 de Fevereiro passado.

Verifiquei a identidade dos outorgantes, bem como a qualidade de presidente da Câmara invocadas, por conhecimento pessoal, e os poderes que legitimam a sua intervenção neste acto por 12 certidões das actas das referidas assembleias municipais.

Disseram os outorgantes, nas qualidades em que intervêm, que entre os municípios que representam, e de harmonia com o disposto na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, constituem uma pessoa colectiva pública de natureza associativa denominada Grande Área Metropolitana do Minho, a qual vai ter a sua sede no Palácio dos Biscainhos, nesta cidade.

O seu objecto é a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nos termos da legislação em vigor e dos seus estatutos; a articulação de investimentos municipais de interesse supramunicipal; o planeamento e a gestão estratégica, económica e social; a gestão territorial na área dos municípios integrantes.

Irã reger-se pelas disposições constantes dos seguintes artigos.

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Constituição

1 — Os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Vizela, constituem entre si uma Grande Área Metropolitana, pessoa colectiva pública de natureza associativa e de âmbito territorial, que se regerá pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

2 — A Grande Área Metropolitana adopta a denominação Grande Área Metropolitana do Minho, abreviadamente designada por GAM.

3 — A Grande Área Metropolitana é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

Objecto

1 — O seu objecto é a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram, nos termos da legislação em vigor e dos seus estatutos; a articulação de investimentos municipais de interesse supramunicipal; o planeamento e a gestão estratégica, económica e social; a gestão territorial na área dos municípios integrantes.

No exercício do objecto social, a GAM prosseguirá as seguintes actividades:

a) Articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal;

b) Coordenação de actuações entre os municípios e os serviços de administração central, nas seguintes áreas:

- 1) Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público;
- 2) Saúde;
- 3) Educação;
- 4) Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;
- 5) Segurança e protecção civil;
- 6) Acessibilidades e transportes;
- 7) Equipamentos de utilização colectiva;
- 8) Apoio ao turismo e à cultura;
- 9) Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer;
- c) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;
- d) Gestão territorial na área dos municípios integrantes.

2 — Para a prossecução do seu objecto a GAM é dotada de serviços próprios, sem prejuízo do recurso ao apoio técnico de entidades da administração central, nos termos previstos para os municípios.

3 — A GAM pode associar-se e estabelecer acordos, contratos-programa e protocolos com outras entidades, públicas ou privadas, tendo por objectivo a gestão dos interesses públicos.

4 — A transferência de atribuições contidas no n.º 1 do presente artigo, quando exercidas pela GAM, será objecto de contratualização com o Governo, obedecendo a contratos tipo com definição e custos padrão.

5 — No caso previsto no número anterior, a assembleia da GAM delibera, por maioria simples dos membros presentes, sobre a aceitação da transferência das atribuições.

6 — As competências dos municípios para a prossecução dos fins mencionados no n.º 1 podem ser exercidas pela GAM, quando daí resultem ganhos de eficiência, eficácia e economia.

7 — A deliberação da Assembleia Municipal, no caso referido no número anterior, é tomada por maioria simples dos membros presentes.

ARTIGO 3.º

Sede e delegações

1 — A GAM terá a sua sede no Palácio dos Biscainhos, em Braga.
2 — A mudança do local da sede, dentro do município ou para outro dos municípios integrantes, assim como a abertura, transferência e encerramento de delegações, escritórios ou quaisquer outras formas de representação, dependem de deliberação da assembleia da GAM, nos termos da alínea c) do artigo 20.º

ARTIGO 4.º

Direito dos municípios integrantes

Constituem direitos dos municípios integrantes:

- a) Auferir os benefícios da actividade da GAM;
- b) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objectivos estatutários;
- c) Participar nos órgãos da GAM;
- d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos.

ARTIGO 5.º

Deveres dos municípios integrantes

Constituem deveres dos municípios integrantes da GAM:

- a) Prestar à GAM a colaboração necessária para a realização das suas actividades, abstendo-se de praticar actos incompatíveis com a realização do seu objecto;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares respeitantes à GAM, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;
- c) Recorrer em exclusivo à GAM para a prestação de serviços por ela proporcionados, nos termos definidos pelo programa de actividades aprovado;
- d) Efectuar as contribuições e transferências financeiras nos termos previstos na lei, nos presentes estatutos e nas deliberações dos órgãos da GAM.

ARTIGO 6.º

Património da GAM

- 1 — A GAM tem património e finanças próprios.
- 2 — O património da GAM é constituído por bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.
- 3 — Os bens transferidos pelos municípios integrantes para a GAM serão objecto de inventário, a constar de acta de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com referência da actividade em que se integram.

CAPÍTULO II

Estrutura e funcionamento

SECÇÃO I

Disposições gerais

ARTIGO 7.º

Órgãos

- 1 — São órgãos da GAM:
 - a) A assembleia metropolitana;
 - b) A junta metropolitana;
 - c) O conselho metropolitano.
- 2 — Os órgãos funcionarão colegialmente.

ARTIGO 8.º

Mandato

Sem prejuízo do disposto quanto aos membros do conselho metropolitano:

- a) Os membros dos órgãos da GAM são eleitos ou designados nos termos da lei;
- b) A duração do mandato dos membros da assembleia metropolitana e da junta metropolitana é igual à do mandato para os órgãos das autarquias locais;

c) A perda, cessação ou suspensão do mandato no órgão municipal determina, para os respectivos titulares, o mesmo efeito no mandato que detém na GAM;

d) O membro da assembleia metropolitana que, por qualquer motivo, deixar de exercer o mandato na assembleia municipal que representa, será substituído pelo membro imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo membro imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à cessação do exercício do mandato;

e) Aos membros da assembleia, junta e conselho metropolitano aplicam-se as normas relativas a ajudas de custo, subsídio de transporte e senhas de presença, estabelecidas na lei para os membros dos órgãos do município de maior número de eleitores.

ARTIGO 9.º

Continuidade do mandato

Os titulares dos órgãos servem pelo período do mandato e mantêm-se em actividade até serem legalmente substituídos.

ARTIGO 10.º

Requisitos de sessões e reuniões

1 — As reuniões dos órgãos da GAM apenas terão lugar quando esteja presente a maioria dos municípios associados.

2 — Nas reuniões extraordinárias, os órgãos da GAM apenas podem deliberar sobre as matérias para que hajam sido expressamente convocados.

ARTIGO 11.º

Requisitos das deliberações

1 — As deliberações dos órgãos da GAM são tomadas à pluralidade de votos, salvo nos casos em que a lei ou os presentes estatutos prevejam de maneira diferente, devendo ter-se em atenção, porém, que na junta metropolitana a cada membro cabe um voto.

2 — Em caso de empate, o presidente do órgão tem voto de qualidade.

3 — As votações assumem, por norma, a forma nominal, salvo quando se realizem eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, casos em que a votação é obrigatoriamente feita por escrutínio secreto.

4 — Compete ao presidente decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor que a mesma se faça por escrutínio secreto.

5 — Os membros dos órgãos da GAM podem justificar o sentido do seu voto, por escrito, através da apresentação de declaração de voto.

6 — As decisões dos órgãos da GAM estão sujeitas às regras de publicitação das deliberações dos órgãos municipais.

ARTIGO 12.º

Força das deliberações

As deliberações dos órgãos da GAM vinculam os municípios integrantes, nos termos da lei.

ARTIGO 13.º

Actas

1 — De tudo o que ocorrer nas sessões e reuniões será lavrada acta.

2 — As actas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efectuada no final da reunião.

3 — As actas respeitantes à última sessão ou reunião de um mandato ou situação equiparada terão de ser aprovadas em minuta.

4 — As certidões das actas de qualquer dos órgãos da GAM serão requeridas ao presidente do respectivo órgão e passadas dentro dos 10 dias seguintes à entrada do respectivo requerimento.

5 — As certidões podem ser substituídas por fotocópia autenticada.

SECÇÃO II

Da assembleia metropolitana

ARTIGO 14.º

Natureza e composição

1 — A assembleia metropolitana é o órgão deliberativo da GAM e é constituída pelos membros eleitos pelas assembleias municipais

dos municípios que integram a GAM em número ímpar superior ao triplo do número dos município que integram a GAM, num máximo de 55.

2 — A eleição faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das assembleias municipais, eleitos directamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior.

3 — A votação processa-se no âmbito de cada assembleia municipal e, feita a soma dos votos obtidos por cada lista, os mandatos serão atribuídos segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

4 — A votação e escrutínio referidos nos números anteriores terão de ser efectuados simultaneamente em todas as assembleias municipais integrantes da GAM.

ARTIGO 15.º

Eleição

Compete à junta metropolitana promover as diligências necessárias à eleição da assembleia da GAM nos termos do respectivo regulamento.

ARTIGO 16.º

Convocação para o acto da instalação do órgão

1 — Compete ao presidente da assembleia metropolitana cessante proceder à convocação dos eleitos para o acto de instalação da nova assembleia.

2 — A convocação é feita nos cinco dias subsequentes ao do apuramento definitivo dos resultados da eleição, por meio de edital e carta com aviso de recepção ou através de protocolo.

ARTIGO 17.º

Instalação

1 — O presidente da assembleia metropolitana ou, na sua falta ou impedimento, o seu substituto legal, procede à instalação da nova assembleia até ao 20.º dia posterior ao do apuramento definitivo do resultado da eleição.

2 — Quem proceder à instalação verifica a identidade e legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto que é assinado, pelo menos, por quem presidiu à instalação e por quem o redigiu.

3 — A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira sessão do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

ARTIGO 18.º

Primeira reunião

1 — Até que seja eleito o presidente da assembleia metropolitana, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada ou, na sua falta, ao cidadão melhor posicionado nessa mesma lista presidir à primeira reunião de funcionamento da assembleia, que se efectua imediatamente a seguir ao acto de instalação, para efeitos de eleição do presidente e vice-presidente da mesa e para aprovação do respectivo regimento.

2 — Na ausência de disposição regimental compete à assembleia deliberar se a eleição a que se refere o número anterior é uninominal ou por meio de listas.

3 — Verificando-se empate na votação, procede-se a nova eleição obrigatoriamente uninominal.

4 — Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia, preferindo sucessivamente a mais votada.

5 — Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

ARTIGO 19.º

Mesa

1 — Os trabalhos da assembleia metropolitana são dirigidos por uma mesa constituída por um presidente e dois vice-presidentes, a eleger de entre os seus membros, pelo período do mandato.

2 — O presidente será substituído, nas suas faltas ou impedimentos, por qualquer dos vice-presidentes.

3 — Na ausência de todos os membros da mesa, a assembleia elegerá uma mesa *ad hoc* para presidir à reunião.

4 — Os membros da mesa podem ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia metropolitana.

5 — No caso de qualquer membro da mesa suspender o mandato no órgão autárquico que representa será eleito pela assembleia metropolitana, de entre os seus membros, o seu substituto, pelo período da suspensão do mandato.

ARTIGO 20.º

Competências da assembleia

Compete à assembleia da GAM:

- a) Eleger o presidente e os vice-presidentes;
- b) Aprovar, sob proposta da junta, alterações aos estatutos observando-se, para o efeito, a maioria qualificada de dois terços dos membros em efectividade de funções;
- c) Aprovar, sob proposta da junta e por maioria qualificada de dois terços dos membros em efectividade de funções, a mudança do local da sede dentro do município ou para outro dos municípios integrantes, bem como a reabertura, transferência e encerramento de delegações, escritórios ou quaisquer outras formas de representação;
- d) Aprovar, sob proposta da junta, as grandes opções do plano e a proposta de orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- e) Aprovar, sob proposta da junta, a celebração de acordos, contratos-programa e protocolos relativos a transferências de atribuições ou competências;
- f) Aprovar, sob proposta da junta, acordos de cooperação, a participação noutras pessoas colectivas e a constituição de empresas intermunicipais;
- g) Aprovar, sob proposta da junta e por unanimidade, a adesão de outros municípios;
- h) Aprovar o seu regimento;
- i) Aprovar, sob proposta da junta, regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;
- j) Aprovar, sob proposta da junta, a constituição do conselho de administração ou a nomeação do administrador executivo, bem como aprovar a sua remuneração;
- k) Aprovar, sob proposta da junta, os planos previstos nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 28.º dos presentes estatutos;
- l) Designar, sob proposta da junta, os serviços e organismos públicos que deverão integrar o conselho metropolitano;
- m) Deliberar sobre a dissolução, a cisão e a liquidação da GAM;
- n) Constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da GAM, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da junta metropolitana;
- o) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou pelo regimento.

ARTIGO 21.º

Competência do presidente da assembleia

Compete ao presidente da assembleia:

- a) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- b) Dirigir os trabalhos da assembleia;
- c) Proceder à investidura dos membros da junta;
- d) Proceder à instalação do conselho metropolitano;
- e) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, por regimento ou pela assembleia.

ARTIGO 22.º

Sessões

1 — A assembleia da GAM terá anualmente três sessões ordinárias em Março, Junho e Novembro, e extraordinárias sempre que necessário.

2 — A primeira e terceira sessões ordinárias destinam-se, respectivamente, à aprovação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e à aprovação das grandes opções do plano e orçamento para o ano seguinte.

3 — A duração das sessões, ordinárias ou extraordinárias, não pode exceder dois dias consecutivos, sendo, contudo, prorrogável por igual período, mediante deliberação da assembleia.

4 — As sessões, ordinárias ou extraordinárias, realizam-se na sede da GAM, salvo se a assembleia houver deliberado de outro modo em sessão anterior.

5 — As actas ou minutas serão elaboradas por um dos vice-presidentes e assinadas pelos membros da mesa, nelas constando a respectiva deliberação e aprovação.

6 — A assembleia metropolitana reúne em plenário.

SECÇÃO III

Da junta metropolitana

ARTIGO 23.º

Natureza e composição

A junta é o órgão executivo da GAM e é constituída pelos presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos municípios integrantes, os quais elegem, de entre si, um presidente e dois vice-presidentes.

ARTIGO 24.º

Convocação para o acto da investidura do órgão

1 — Compete ao presidente da assembleia metropolitana cessante proceder à convocação dos presidentes das Câmaras Municipais para o acto de investidura da nova junta.

2 — A convocação é feita nos cinco dias subsequentes à data legalmente fixada para a instalação dos órgãos das autarquias integrantes, por meio de edital e carta com aviso de recepção ou através de protocolo.

ARTIGO 25.º

Instalação

1 — O presidente da assembleia metropolitana cessante, ou, na sua falta ou impedimento, o seu substituto legal, procede à instalação da nova junta até ao 20.º dia posterior à data legal fixada para a instalação dos órgãos das autarquias integrantes.

2 — Quem proceder à instalação verifica a identidade e legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem presidiu à instalação e por quem o redigiu.

3 — A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira sessão do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

ARTIGO 26.º

Primeira reunião

1 — Até que seja eleito o presidente da junta, compete ao presidente da assembleia metropolitana cessante presidir à primeira reunião de funcionamento da junta, que se efectua imediatamente a seguir ao acto de investidura para efeitos de eleição do presidente e dois vice-presidentes da mesa e para aprovação do respectivo regimento.

2 — Na ausência de disposição regimental compete à assembleia deliberar se a eleição a que se refere o número anterior é uninominal ou por meio de listas.

3 — Verificando-se empate na votação, procede-se a uma nova eleição obrigatoriamente uninominal.

4 — Se o empate persistir nesta última, é declarado eleito para as funções em causa o cidadão que, de entre os membros empatados, se encontrava melhor posicionado nas listas que os concorrentes integraram na eleição para a assembleia, preferindo sucessivamente a mais votada.

5 — Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado.

ARTIGO 27.º

Vacatura do cargo

Os membros da junta cessam funções se, por qualquer motivo, deixarem de exercer as funções de presidente das Câmaras que representam.

ARTIGO 28.º

Competência da junta

1 — Compete à junta, no âmbito da organização e funcionamento:

a) Exercer as competências indispensáveis à prossecução das atribuições transferidas pela administração central ou pelos municípios que integram a GAM;

b) Assegurar o cumprimento das deliberações da assembleia da GAM;

c) Dirigir os serviços técnicos e administrativos criados para assegurar a prossecução das atribuições da GAM;

d) Propor, à assembleia metropolitana, alterações aos estatutos;

e) Propor, à assembleia metropolitana, a mudança do local da sede dentro do município ou para outro dos municípios integrantes, bem como a abertura, transferência e encerramento de delegações, escritórios ou quaisquer outras formas de representação;

f) Propor à assembleia metropolitana a adesão de outros municípios;

g) Propor à assembleia metropolitana projectos de regulamento aplicáveis no território dos municípios que integram a GAM;

h) Propor à assembleia metropolitana a constituição de um conselho de administração ou a nomeação de um administrador executivo, bem como a fixação da sua remuneração;

i) Propor à assembleia metropolitana a designação dos serviços e organismos públicos que deverão integrar o conselho metropolitano;

j) Designar os representantes da GAM em quaisquer entidades ou órgãos previstos na lei;

k) Executar os orçamentos, bem como aprovar as suas alterações;

l) Proceder à cobrança, entrega e fiscalização dos impostos locais dos municípios integrantes da GAM.

2 — Compete à junta no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

a) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia metropolitana as grandes opções do plano, a proposta de orçamento e as respectivas revisões;

b) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia metropolitana;

c) Propor ao Governo planos, projectos e programas de investimento e desenvolvimento;

d) Elaborar e acompanhar os planos intermunicipais, ao nível do desenvolvimento regional, do ordenamento do território, da protecção civil e dos transportes;

e) Acompanhar a elaboração, revisão, alteração de planos directores municipais, de planos ou instrumentos de política sectorial e de planos especiais de ordenamento do território;

f) Apresentar candidaturas e financiamentos através de programas, projectos e demais iniciativas;

g) Apresentar projectos de modernização administrativa e de formação de recursos humanos;

h) Conceber e executar os planos plurianuais e anuais de formação dos recursos humanos dos municípios.

3 — Cabe à junta, no âmbito consultivo:

a) Dar, no processo de planeamento, parecer sobre os instrumentos de gestão territorial que abrangem parte ou a totalidade do território dos municípios integrantes da GAM, sem prejuízo do disposto no número seguinte;

b) Dar parecer na definição da política nacional de ordenamento do território com incidência na GAM;

c) Dar parecer sobre os investimentos da administração central, na respectiva área, designadamente sobre o projecto de PIDDAC anual, na parte respeitante aos municípios que integram a GAM e à própria GAM;

d) Dar parecer sobre os investimentos em infra-estruturas e equipamentos de carácter intermunicipal, em função da respectiva coerência com as políticas de desenvolvimento definidas para o ordenamento do território;

e) Dar parecer nos casos de avaliação de impacto ambiental das políticas, dos instrumentos de gestão territorial e dos planos e programas de âmbito intermunicipal;

f) Dar parecer em matéria de localização de grandes superfícies comerciais, conjuntos turísticos, meios complementares de alojamento turístico, áreas de interesse turístico, grandes infra-estruturas industriais, mercados abastecedores, parques de sucata, bem como equipamentos e infra-estruturas supramunicipais de saúde e outros que, nos termos da lei, estejam sujeitos a autorização prévia de localização por parte dos órgãos da administração central.

4 — Compete à junta, no âmbito da gestão territorial, sem prejuízo dos poderes de aprovação ou ratificação do Governo, a promoção e a elaboração dos planos regionais de ordenamento do território e a participação na elaboração de planos especiais de ordenamento do território.

5 — Compete, ainda, à junta, no quadro da respectiva GAM:

a) Coordenar e gerir as redes intermunicipais de inovação, de informação geográfica, de monitorização e controlo da qualidade dos meios naturais, de promoção do espaço geográfico de articulação e compatibilização de objectivos e iniciativas municipais e governamentais de redes de acessibilidades e de equipamentos e infra-estruturas;

b) Sem prejuízo dos poderes conferidos às respectivas entidades concessionárias, coordenar e gerir as redes de abastecimento de água, saneamento básico, gestão de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares;

c) Conceber, coordenar e apoiar programas integrados de gestão das infra-estruturas e equipamentos desportivos, de recreio e lazer;

- d) Gerir programas integrados em programas de desenvolvimento regional, designadamente no quadro de planos de desenvolvimento integrado;
- e) Gerir os transportes escolares;
- f) Colaborar na gestão e na administração das unidades de saúde;
- g) Colaborar na gestão integrada de espaços públicos e de equipamentos colectivos;
- h) Participar na gestão das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis;
- i) Definir e propor critérios de dimensionamento e localização de equipamentos, infra-estruturas e espaços verdes;
- j) Gerir e manter as estradas desclassificadas;
- k) Gerir a actividade de higiene e limpeza urbanas;
- l) Promover a articulação e compatibilização, na óptica do utilizador, da rede de transportes colectivos;
- m) Articular a actividade dos municípios em matéria de protecção civil e de combate aos incêndios;
- n) Proceder à elaboração das redes de unidades museológicas, de arquivos e de desenvolvimento turístico;
- o) Proceder à elaboração das redes de unidades de prestação de cuidados de saúde;
- p) Conceber e propor uma política intermunicipal de cultura e do património;
- q) Promover a ligação dos estabelecimentos do ensino superior e técnico-profissional com o sector produtivo público, privado e cooperativo;
- r) Acompanhar a elaboração da carta educativa;
- s) Acompanhar a elaboração da carta de equipamentos de saúde;
- t) Acompanhar a elaboração da carta de localização de pólos tecnológicos;
- u) Acompanhar a elaboração da carta de equipamentos desportivos;
- v) Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo iniciativas culturais de criação, produção e difusão de eventos de interesse supramunicipal;
- w) Apoiar financeiramente ou por qualquer outro modo, designadamente através da celebração de protocolos, a construção e recuperação de equipamentos e estruturas locais que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico se integrem no património cultural;
- x) A oferta turística no mercado interno;
- y) Apoiar os municípios na elaboração e apresentação de projectos e programas integrados a candidatar a co-financiamento pela União Europeia ou pelo Estado;
- z) Promover a certificação de origem e da qualidade de produtos;
- aa) Promover as acções de informação e divulgação, designadamente em matéria ambiental e de segurança rodoviária;
- bb) Promover a criação de condições para financiamento da actividade produtiva na área associativa;
- cc) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei ou por deliberação da assembleia metropolitana.

ARTIGO 29.º

Competência do presidente da junta

- 1 — Compete ao presidente da junta:
 - a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respectivos trabalhos;
 - b) Executar as deliberações da junta e coordenar a respectiva actividade;
 - c) Autorizar o pagamento das despesas orçamentadas;
 - d) Assinar ou visar a correspondência da junta com destino a quaisquer entidades ou órgãos públicos;
 - e) Representar a GAM, em juízo e fora dele;
 - f) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação da junta.
- 2 — O presidente da junta pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros da junta, no administrador executivo/presidente do conselho de administração ou nos dirigentes dos serviços.
- 3 — Aos vice-presidentes compete coadjuvar o presidente na sua acção e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

ARTIGO 30.º

Reuniões

- 1 — A junta reúne ordinariamente duas (ou uma) vezes por mês, em dia e hora certos, a acordar previamente entre os seus membros.
- 2 — As reuniões da junta terão lugar na sede da GAM, ou em lugar previamente definido em reunião anterior.

3 — A junta pode reunir extraordinariamente por iniciativa do presidente ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, um terço dos seus membros.

4 — O presidente da junta convoca a reunião para um dos oito dias subsequentes à recepção do requerimento.

5 — No caso previsto no número anterior, a reunião será marcada com, pelo menos, dois dias de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos membros.

ARTIGO 31.º

Administração

1 — A junta pode propor à assembleia metropolitana a nomeação de um administrador executivo ou a criação de um conselho de administração, composto por um máximo de três membros, para a gestão corrente dos assuntos da GAM, devendo, neste caso, ficar expressamente determinado na acta quais as competências de gestão corrente que lhe são delegadas pela junta.

2 — Mediante proposta da junta, a assembleia metropolitana fixa a remuneração do administrador executivo ou dos respectivos administradores.

3 — O administrador executivo ou presidente do conselho de administração tem assento nas reuniões da junta sem direito de voto.

4 — As funções de administrador executivo ou de administrador podem ser exercidas, em comissão de serviço, por funcionários do Estado, dos institutos públicos e das autarquias locais, pelo período de tempo de exercício de funções, determinando a sua cessação o regresso do funcionário ao lugar de origem.

5 — Compete ao administrador executivo ou ao presidente do conselho de administração apresentar à junta, nos meses de Junho a Dezembro, um relatório sobre o modo como decorreu a gestão dos assuntos a seu cargo.

6 — O exercício das funções de administrador executivo ou de administrador por pessoa não vinculada à função pública não confere ao respectivo titular a qualidade de funcionário ou agente, e é incompatível com o exercício de qualquer cargo político em regime de permanência.

7 — As funções de administrador executivo ou de administrador cessam a qualquer momento por deliberação da assembleia metropolitana, sob proposta da junta.

SECÇÃO IV

Do conselho metropolitano

ARTIGO 32.º

Natureza e composição

- 1 — O conselho é o órgão consultivo da GAM.
- 2 — O conselho é composto pelos membros da junta, pelo presidente da comissão de coordenação e desenvolvimento regional e pelos representantes dos serviços e organismos públicos — cuja actividade interesse à prossecução das atribuições da Grande Área Metropolitana, designados pela assembleia da GAM.
- 3 — O presidente da assembleia solicitará, no prazo de 10 dias, a contar da data da designação referida no número anterior, aos respectivos membros do Governo, a indicação dos seus representantes.
- 4 — Os membros do Governo deverão indicar os seus representantes dentro do prazo de 30 dias a contar da data do recebimento da solicitação referida no número anterior.
- 5 — O conselho é presidido pelo presidente da junta.
- 6 — Os representantes referidos na parte final do n.º 2 são livremente nomeados e exonerados pelos membros do Governo que detêm o poder de direcção, tutela ou superintendência sobre os respectivos serviços e organismos públicos.

ARTIGO 33.º

Instalação

1 — Recebidas as comunicações finais, o presidente da assembleia convocará uma reunião plenária do conselho para a sua instalação e para verificação dos poderes dos seus membros.

2 — A primeira sessão de funcionamento seguir-se-á imediatamente ao acto de instalação, sob a presidência do presidente da junta, e terá por objecto a eleição dos restantes membros da mesma do conselho metropolitano.

3 — A verificação dos poderes dos membros que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação é feita, na primeira sessão do órgão a que compareçam, pelo respectivo presidente.

ARTIGO 34.º**Mesa**

1 — O concelho metropolitano elegerá, de entre os seus membros, dois vice-presidentes.

2 — O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um dos vice-presidentes.

ARTIGO 35.º**Sessões ordinárias e extraordinárias**

1 — Compete ao presidente do conselho metropolitano convocar as sessões ordinárias e extraordinárias.

2 — As sessões extraordinárias podem ser convocadas por iniciativa do presidente ou a solicitação da assembleia metropolitana ou da junta metropolitana.

ARTIGO 36.º**Funcionamento**

O conselho pode promover a participação nas suas reuniões, sem direito a voto, de representantes dos interesses sociais, económicos e culturais.

ARTIGO 37.º**Duração do mandato**

O mandato dos membros do conselho é de duração idêntica à do mandato dos membros dos órgãos das autarquias, cessando, no entanto, as suas funções nos casos de dissolução ou de cessação de funções destes, com excepção dos representantes dos serviços e organismos públicos, aos quais se aplica o disposto no n.º 6 do artigo 32.º

ARTIGO 38.º**Competências**

Ao conselho compete emitir parecer sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelos restantes órgãos da GAM.

ARTIGO 39.º**Competências do presidente do conselho metropolitano**

Compete ao presidente do conselho metropolitano:

- a) Convocar as sessões e dirigir os respectivos trabalhos do plenário;
- b) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, pelo regimento ou por deliberação do conselho.

ARTIGO 40.º**Regime subsidiário**

O funcionamento da GAM regula-se, em tudo o que não esteja previsto na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, e nos presentes estatutos, pelo regime aplicável aos órgãos das autarquias locais.

CAPÍTULO III**Da gestão económica e financeira****ARTIGO 41.º****Contabilidade**

A GAM disporá, com as necessárias adaptações, de contabilidade organizada, nos mesmos termos da das Câmaras Municipais.

ARTIGO 42.º**Património**

1 — Cada um dos municípios terá quota-parte igual ao património da GAM.

2 — Haverá uma conta denominada «Património» onde se contabilizarão os diversos contributos de cada município integrante.

3 — Os valores patrimoniais, cuja origem não sejam os municípios integrantes, serão contabilizados indivisivelmente.

4 — Nas transferências de património dos municípios integrantes para a GAM considera-se como contribuição a diferença entre o valor dos bens transferidos e o montante dos empréstimos que os onerem.

6 — A GAM poderá contabilizar e liquidar os encargos dos empréstimos eventualmente contraídos para a aquisição dos patrimónios transferidos.

6 — Periodicamente será feita a verificação física dos bens do activo mobilizado, de modo a obter a mais exacta correspondência entre os valores patrimoniais e contabilísticos.

ARTIGO 43.º**Documentação de prestação de contas**

1 — A junta elaborará, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, e apresentará à assembleia metropolitana, o relatório de actividades, balanço e conta de gerência, devendo esta sobre eles deliberar no prazo de 30 dias, a contar da data da sua recepção.

2 — No relatório, a junta exporá e justificará a acção desenvolvida, demonstrará a regularidade orçamental da efectivação das despesas e discriminação dos financiamentos obtidos com o mapa de origem e aplicação de fundos e prestará todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

ARTIGO 44.º**Grandes opções do plano e orçamento**

1 — As grandes opções do plano e o orçamento serão remetidos pela junta às assembleias municipais dos municípios integrantes, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

2 — A execução do orçamento respeitará a natureza e o montante das verbas previstas para que, nomeadamente na efectivação das despesas, se respeitem os princípios de autorização dependente de cabimento na dotação orçamental.

ARTIGO 45.º**Ano económico**

O ano económico corresponde ao ano civil.

ARTIGO 46.º**Receitas e despesas**

1 — Constituem receitas da GAM:

- a) O produto das contribuições dos municípios que a integram;
- b) As transferências do orçamento do Estado;
- c) As transferências dos municípios, no caso de competências delegadas por estes;
- d) As transferências resultantes de contratualização com a administração central ou com outras entidades públicas ou privadas;
- e) Os montantes de co-financiamentos comunitários que lhe sejam atribuídos;
- f) As dotações, subsídios ou participações de que venham a beneficiar;
- g) As taxas devidas pela utilização de bens e pela prestação de serviços;
- h) O produto da venda de bens e serviços;
- i) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
- j) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que, a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por lei, contrato ou outro acto jurídico;
- k) Quaisquer outras receitas permitidas por lei.

2 — Constituem despesas da GAM os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas, bem como os resultantes da manutenção e do funcionamento dos seus órgãos e serviços.

3 — É vedado à GAM proceder a transferências financeiras para os municípios ou, por qualquer forma ou meio, apoiar investimentos de interesse estritamente municipal.

ARTIGO 47.º**Contribuições financeiras**

1 — As transferências das contribuições financeiras dos municípios integrantes, quer para investimentos quer para despesas correntes, serão fixadas pela assembleia metropolitana, sob proposta da junta ou constantes da proposta de orçamento anual.

2 — As participações financeiras dos municípios integrantes são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da GAM, constituindo-se os municípios em mora quando não hajam efectuado a transferência da sua participação financeira no prazo fixado pela junta.

3 — A falta de pagamento das contribuições financeiras por qualquer dos municípios determina a aplicação de juros de mora nos termos previstos para as dívidas ao Estado.

4 — Os municípios integrantes ficam obrigados a cobrir anualmente os prejuízos, até 31 de Março.

ARTIGO 48.º

Empréstimos

1 — A GAM pode contrair empréstimos a curto, médio e longo prazos, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, em termos idênticos aos dos municípios.

2 — Os empréstimos a curto prazo podem ser contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante ultrapassar um décimo das contribuições dos municípios membros.

3 — Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para fazer face ao desenvolvimento da GAM.

4 — Constituem garantias dos empréstimos o património próprio e as receitas da GAM, com excepção das receitas consignadas.

5 — Como garantia, poderá a GAM deliberar afectar, temporária ou permanentemente, até 10 % da participação dos municípios integrantes no fundo geral municipal e no fundo de coesão municipal.

6 — Os empréstimos contraídos pela GAM relevam para os limites da capacidade de endividamento dos municípios integrantes, de acordo com um critério de proporcionalidade em razão da capacidade legalmente definida para cada um deles, salvo quando se destinem a financiar projectos e obras transferidas da administração central.

7 — Compete à assembleia metropolitana deliberar sobre a forma de imputação dos encargos aos municípios integrantes.

8 — A GAM pode também beneficiar dos sistemas e programas específicos, legalmente previstos, de apoio financeiro aos municípios, nomeadamente no quadro de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais.

9 — A GAM não pode contrair empréstimos a favor de qualquer dos municípios associados.

ARTIGO 49.º

Apreciação e julgamento de contas

1 — É da competência do Tribunal de Contas a apreciação e o julgamento das contas da GAM.

2 — Para efeito do número anterior, devem ser enviadas pela junta ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as autarquias locais, as contas respeitantes ao ano anterior.

3 — As contas deverão ainda ser enviadas às assembleias municipais dos municípios integrantes, para conhecimento destas, no prazo de um mês após a aprovação pela assembleia metropolitana.

ARTIGO 50.º

Isenções fiscais

A GAM beneficia das isenções fiscais previstas na lei para as autarquias locais.

CAPÍTULO IV

Apoio técnico, administrativo e participação em outras entidades

ARTIGO 51.º

Serviços de apoio técnico e administrativo

1 — A GAM é dotada de apoio técnico e administrativo vocacionados para recolher e sistematizar a informação e para elaborar os estudos necessários à preparação das decisões ou deliberações, bem como promover a respectiva execução.

2 — A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado, conforme os casos, pela assembleia, sob proposta da junta.

ARTIGO 52.º

Participação noutras pessoas colectivas

A GAM pode participar em pessoas colectivas que prossigam fins de interesse público e se contenham nas suas atribuições.

CAPÍTULO V

Pessoal

ARTIGO 53.º

Regime de pessoal

1 — O pessoal necessário ao funcionamento da GAM pertence ao seu quadro próprio.

2 — O quadro de pessoal próprio da GAM, integrado exclusivamente pelo pessoal referido no número anterior, aprovado pela junta.

3 — O quadro de pessoal da GAM será preenchido, preferencialmente, por funcionários mobilizados dos quadros dos municípios integrantes e das associações de municípios da respectiva área geográfica ou dos serviços da administração directa ou indirecta do Estado.

4 — Sempre que o recurso aos instrumentos de mobilidade do pessoal da função pública não permita o preenchimento das necessidades permanentes, as novas contratações ficarão sujeitas ao regime do contrato individual de trabalho.

5 — Temporariamente, as necessidades de pessoal podem ser supridas igualmente com os contratados das associações de municípios da respectiva área geográfica, mediante acordo entre as partes, com respeito pelas cláusulas do contrato em vigor e até ao fim do prazo do mesmo.

6 — Ao pessoal da GAM referido nos números anteriores aplicar-se-á a legislação relativa aos trabalhadores da administração local.

ARTIGO 54.º

Encargos com pessoal

1 — As despesas efectuadas com pessoal do quadro próprio e outro só relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios que integram a GAM quando os encargos excedam as receitas próprias da GAM relativas ao ano anterior.

2 — Os encargos com o pessoal que resultem da transferência de competências da administração central não relevam para as despesas com pessoal do quadro dos municípios que integram a GAM.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

ARTIGO 55.º

Recursos gratuitos e contenciosos

As deliberações e decisões dos órgãos da GAM são gratuitas e contenciosamente impugnáveis nos mesmos termos dos actos dos órgãos municipais.

ARTIGO 56.º

Exclusividade

1 — Os municípios integrantes não podem pertencer simultaneamente a outra grande área metropolitana ou comunidade urbana.

2 — Os municípios pertencentes à GAM não podem integrar uma comunidade intermunicipal de fins gerais.

ARTIGO 57.º

Admissão de novos municípios

1 — Qualquer município poderá solicitar a sua admissão na GAM, através do pedido dirigido à assembleia metropolitana, desde que respeite o nexo de continuidade territorial.

2 — É condição de admissão de novos municípios a aceitação plena, por sua parte, dos compromissos e obrigações assumidos pela GAM anteriormente à sua admissão.

3 — Previamente à admissão de um novo município será feita a avaliação dos activos da GAM, para base de definição do activo com que aquele participará.

ARTIGO 58.º

Abandono da GAM

1 — Os municípios integrantes da GAM ficam obrigados a permanecer nela por um período de cinco anos.

2 — A inobservância do disposto no número anterior implica a perda de todos os benefícios financeiros e administrativos adquiridos

por força da integração do município na GAM e a impossibilidade, durante um período de dois anos, de o município em causa poder integrar áreas metropolitanas diversas daquela a que pertencia.

3 — Após o período de cinco anos referido no n.º 1, qualquer município pode abandonar a GAM em que se encontre integrado, mediante deliberação da respectiva assembleia municipal por maioria de dois terços dos membros presentes.

4 — O abandono de um ou mais municípios que interrompa a continuidade territorial só gerará a extinção da GAM caso se traduza na redução do número mínimo de municípios previsto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

ARTIGO 59.º

Extinção

1 — A GAM extingue-se por deliberação da assembleia metropolitana, adoptada por maioria qualificada de dois terços dos membros em efectividade de funções e poderá revestir-se numa das seguintes formas:

- a) Dissolução;
- b) Fusão;
- c) Cisão.

2 — Em qualquer dos casos a que se refere o número anterior, o procedimento para a extinção da GAM comportará a liquidação do respectivo património, a qual se rege nos termos do disposto no artigo 63.º

ARTIGO 60.º

Requisitos e procedimentos a adoptar para a fusão ou cisão

1 — A fusão ou cisão da GAM depende da observância dos requisitos mínimos exigidos no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

2 — A deliberação da assembleia metropolitana referida no n.º 1 do artigo anterior é comunicada ao Governo nos termos previstos no n.º 3 do artigo 4.º da mesma lei.

ARTIGO 61.º

Fusão

1 — A GAM pode fundir-se com outras áreas metropolitanas mediante a reunião numa só, desde que respeitem o nexo de continuidade territorial.

2 — A fusão pode realizar-se mediante a incorporação da GAM em uma ou mais áreas metropolitanas, para a qual se transferem globalmente os patrimónios daquelas, ou através da criação de uma nova área metropolitana, que recebe os patrimónios das áreas metropolitanas, com todos os direitos e obrigações que as integram.

ARTIGO 62.º

Cisão

A GAM pode ser dividida desde que se mostrem observados os requisitos do artigo 3.º, passando cada uma das partes a constituir uma nova área metropolitana.

ARTIGO 63.º

Liquidação

1 — Deliberada a liquidação da GAM, mantém-se a sua personalidade jurídica para efeitos de liquidação e até à aprovação final das contas apresentadas pelos liquidatários.

2 — A assembleia metropolitana deliberará quem de entre a junta ou o administrador executivo/presidente do conselho de administração exercerá as funções de liquidatário.

3 — O património existente é repartido, sem prejuízo dos direitos de terceiros, entre os municípios, na proporção da respectiva contribuição para a sua constituição, e sem prejuízo da restituição integral, ainda que mediante compensação, das prestações em espécie.

4 — A distribuição do pessoal integrado no quadro pelos municípios e pelos serviços da administração directa ou indirecta do Estado deve observar, preferencialmente, o retorno ao quadro de origem.

5 — Sempre que não seja possível proceder à integração do pessoal nos termos do número anterior, os funcionários devem indicar, por ordem decrescente, os municípios em cujo quadro de pessoal preferem ser integrados, procedendo-se à respectiva ordenação em cada carreira ou categoria de acordo com a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

6 — Os municípios integrantes criarão nos seus quadros de pessoal os lugares, a extinguirem quando vagarem, necessários à integração do pessoal da GAM.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

ARTIGO 64.º

Comissão instaladora

1 — A comissão instaladora da GAM é constituída pelo presidente da CCDR Norte e pelos representantes efectivos das Câmaras Municipais integrantes.

2 — Compete à comissão instaladora promover a instalação dos órgãos da GAM.

3 — A comissão instaladora deve promover a realização da primeira reunião no prazo de 30 dias após a respectiva instituição em concreto.

4 — O prazo a que se refere o número anterior é determinado pelo apuramento dos resultados das deliberações das assembleias municipais, comunicados nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio.

Este acto está isento de selo, nos termos do artigo 6.º, alínea a), do respectivo código.

Arquivo: as 12 certidões das referidas actas.

Exibiram: certificado de admissibilidade, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 26 deste mês.

Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo.

Está conforme o original.

23 de Setembro de 2004. — A Escriturária Superior, (Assinatura ilegível.) 3000174782

FEDERAÇÃO ORNITOLÓGICA CONTINENTAL E INSULAR DE PORTUGAL — FOCIP

Certifico que, por escritura do dia 10 de Maio do corrente ano, exarada de fl. 34 v.º a fl. 35 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 223-C do Cartório Notarial do Entroncamento, a cargo do notário, licenciado Manuel José Marques Montagil, foi constituída uma associação com a denominação Federação Ornitológica Continental e Insular de Portugal — FOCIP, tem a sua sede no Largo da Columbofilia, freguesia de Santo Antonino, concelho de Coruche, tem por objecto a representação das associações suas filiadas, fazer-se representar no seio da COM — Portugal, adquirir e fornecer às associações suas filiais anilhas oficiais, coordenar toda a actividade ornitológica dos seus associados, tendo como órgãos sociais a assembleia geral, a direcção, a comissão técnica, o conselho fiscal e o conselho disciplinar, durará por tempo indeterminado.

Está conforme.

11 de Maio de 2005. — A Segunda-Ajudante, Maria Manuela Nunes Pimenta. 3000173140

BORDER CLUBE PORTUGUÊS — BOP

Certifico que, por escritura do dia 22 de Abril de 2005, exarada de fl. 22 v.º a fl. 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º 223-C do Cartório Notarial do Entroncamento, a cargo do notário, licenciado Manuel José Marques Montagil, foi constituída uma associação com a denominação Border Clube Português — BOP, tem a sua sede na Rua da Costa Brava, 57, 1.º, freguesia de Riachos, concelho de Torres Novas, tem por objecto representar os seus associados junto das instituições ornitológicas portuguesas e estrangeiras; promover a divulgação das raças de canários Border e Fife, promover actividades de concurso e exposição de aves Border e Fife, no País e no estrangeiro, tendo como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho fiscal e a direcção, durará por tempo indeterminado.

Está conforme.

27 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, Maria Manuela Nunes Pimenta. 3000171580

AMIP — CÍRCULO DE GUITARRA DO PORTO

Extracto

Certifico que, por escritura outorgada em 9 de Maio de 2005, exarada a fls. 37 e seguintes do livro de escrituras diversas n.º 93-B deste Cartório, a cargo da notária, Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino,